

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
- IPAM-COFIS**

Av. Carlos Gomes, 1645 - Bairro São Cristóvão - CEP 76804085 - Porto Velho - RO -
<https://ipam.portovelho.ro.gov.br>

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DE 2026
(PREVIDÊNCIA)

Considerações Gerais

Pauta: a) Eleição da diretoria do Conselho Fiscal;

b) Apresentação dos Relatórios de Investimento referente ao mês de maio;

c) Outros Assuntos.

Local: Sala do Conselho Municipal de Previdência (IPAM).

Data: 22/07/2026 **Início:** 13:00h

Participantes: Maria Betânia Basílio de Souza (Presidente do COFIS – Conselheiro Eleito), Luiz Henrique Gonçalves (Representante do Executivo); Onildo Pires Araújo (Representante do Executivo) e Lodeilson Fernandes da Silva (Conselheiro Eleito).

A reunião foi iniciada pela Presidente do Conselho, que declarou aberta a sessão e registrou a presença dos Conselheiros Luiz Henrique, Lodeilson Fernandes, Maria Betânia e do Gerente de Investimentos do IPAM, Sr. Odilon, responsável pela apresentação do Relatório de Investimentos referente aos meses de maio e junho de 2026.

Objetivos Tratados

A presente reunião teve como objetivos principais:

- Apreciar o Relatório de Investimentos do IPAM referente aos meses de maio e junho de 2026;
- Verificar a conformidade dos investimentos com a legislação vigente, especialmente a Portaria nº 1.467 e a Resolução CMN nº 5.272;
- Analisar o cenário econômico nacional e internacional e seus impactos na carteira de investimentos do IPAM;
- Avaliar a rentabilidade da carteira, a meta atuarial e a evolução patrimonial do Instituto;
- Esclarecer dúvidas dos Conselheiros acerca da composição da carteira de investimentos, segregação de massa e funcionamento dos fundos previdenciários;
- Realizar a eleição da Presidência do Conselho Fiscal – COFIS, em razão da saída do então Presidente, Sr. Roberto.

Síntese dos Assuntos Tratados

Eleição da Presidência do COFIS

Inicialmente, foi realizada a eleição para a Presidência do Conselho Fiscal – COFIS, considerando a nova composição do Conselho após a entrada do Conselheiro Fernando e a saída do Conselheiro Roberto, que exercia a Presidência até então.

Aberta a oportunidade para apresentação de candidaturas, o nome da Conselheira Betânia foi colocado à disposição para o cargo de Presidente do COFIS. Após manifestação dos membros presentes, a Conselheira Betânia foi eleita Presidente do Conselho Fiscal por unanimidade, para mandato de um ano, permitida a recondução conforme previsão regimental.

A Presidente eleita agradeceu a confiança dos Conselheiros, destacando que a condução dos trabalhos continuará pautada pelo consenso, pela transparência e pela atuação coletiva, em continuidade ao trabalho

desenvolvido pela gestão anterior.

Apresentação do Relatório de Investimentos

Na sequência, o Sr. Odilon iniciou sua apresentação, informando que a Gerência de Investimentos comparece mensalmente ao Conselho Fiscal para apresentar os relatórios de investimentos, em cumprimento às exigências legais e normativas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

Esclareceu que o relatório contempla a verificação dos enquadramentos legais, dos credenciamentos das instituições financeiras e dos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272, bem como informações detalhadas sobre a gestão dos ativos da carteira do IPAM, incluindo compras, vendas, cenário econômico e impactos sobre os resultados dos investimentos.

Cenário Econômico

O Gerente de Investimentos apresentou análise do cenário econômico referente ao mês de junho de 2026, destacando os seguintes pontos:

- A inflação brasileira permaneceu acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, que é de 4,5%, registrando índice superior a 5%;
- O Comitê de Política Monetária – COPOM manteve a taxa de juros em patamar elevado, realizando apenas cortes modestos de 0,25 ponto percentual;
- Houve elevação da cotação do dólar, que chegou a atingir R\$ 5,20 no início de julho, impactando negativamente a economia nacional;
- Os conflitos internacionais, especialmente a intensificação da guerra entre Ucrânia e Rússia e as tensões envolvendo Estados Unidos e Irã, contribuíram para o aumento da instabilidade econômica e das pressões inflacionárias globais;
- O mercado financeiro revisou as expectativas de queda da taxa de juros para o ano de 2026, passando a projetar sua estabilização em torno de 13,5% a 14%.

Foi ressaltado que tais fatores influenciam diretamente a rentabilidade das carteiras de investimentos dos RPPS, uma vez que juros, inflação e cenário fiscal são elementos determinantes para o desempenho dos ativos financeiros.

Desempenho da Carteira de Investimentos

O Sr. Odilon informou que a carteira de investimentos do IPAM encerrou o mês de junho de 2026 com patrimônio consolidado de R\$ 1.297.455.893,92 (um bilhão, duzentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos).

A rentabilidade da carteira no mês foi de 0,73%, gerando rendimento positivo de R\$ 9.350.407,75 (nove milhões, trezentos e cinquenta mil, quatrocentos e sete reais e setenta e cinco centavos).

No acumulado dos seis primeiros meses de 2026, a carteira registrou rendimento aproximado de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), contribuindo significativamente para a manutenção do equilíbrio financeiro do Fundo Capitalizado.

Foi esclarecido que, embora tenha havido consumo de parte do patrimônio para pagamento da folha previdenciária do Fundo Capitalizado, a rentabilidade obtida contribuiu para a manutenção do equilíbrio financeiro do referido fundo.

Composição da Carteira

A composição da carteira de investimentos permaneceu sem alterações em relação aos meses anteriores, distribuída da seguinte forma:

- Tesouro Nacional: 44,08% da carteira, equivalente a aproximadamente R\$ 573.602.000,00;
- BB Gestão: 29,53% da carteira;
- Caixa Econômica Federal: 22,24% da carteira, equivalente a aproximadamente R\$ 289.000.000,00;
- Banco do Brasil S.A.: 2,92% da carteira;
- RJ Inclusivo: 0,53% da carteira;
- CONFIS: participação residual, em razão de desempenho negativo.

Foi informado que não houve realocação de recursos no período analisado, permanecendo a carteira

predominantemente composta por fundos de renda fixa e títulos públicos federais.

Composição por Indicador de Desempenho

O Sr. Odilon esclareceu que a maior parte da carteira está atrelada a índices de inflação e ao CDI, em razão da predominância de títulos públicos e fundos de renda fixa.

Destacou-se que:

- A carteira possui significativa exposição ao CDI, em razão da elevada taxa de juros vigente, próxima de 14,25% ao ano;
- Há aproximadamente R\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais) investidos em fundos IRF-M1, compostos por títulos prefixados com prazo médio de até seis meses e prazo máximo de um ano;
- A exposição a fundos que acompanham o índice S&P 500 e a Small Caps representa parcela reduzida da carteira;
- As Small Caps correspondem a aproximadamente 1,82% da carteira, sendo compostas por empresas com expectativa de crescimento, mas sujeitas a maior volatilidade;
- A exposição ao IPCA representa parcela pouco expressiva da carteira, com impacto aproximado de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Meta Atuarial

No mês de junho de 2026, a carteira de investimentos superou a meta atuarial mensal, alcançando rentabilidade de 0,73%, frente à meta de 0,66%.

Entretanto, no acumulado do exercício de 2026, a carteira atingiu aproximadamente 95% da meta atuarial prevista.

O Sr. Odilon informou que, com a nova avaliação atuarial, a meta atuarial do IPAM será reduzida de 6,16% para 5,50%, em razão da redução do passivo atuarial projetado de mais de 35 anos para aproximadamente 15 a 18 anos.

Tal alteração será submetida à apreciação do Conselho Deliberativo, por meio de revisão da Política de Investimentos.

Evolução Patrimonial

Foi apresentada a evolução patrimonial da carteira, demonstrando crescimento de R\$ 1.128.000.000,00 (um bilhão, cento e vinte e oito milhões de reais) em junho de 2025 para R\$ 1.297.455.893,92 (um bilhão, duzentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos) em junho de 2026, representando aumento patrimonial de aproximadamente 15,6%.

O Gerente esclareceu que esse crescimento decorre tanto da rentabilidade dos investimentos quanto do fluxo financeiro entre receitas e despesas do Instituto.

Liquidez e Risco da Carteira

A carteira do IPAM apresentou alta liquidez, com aproximadamente R\$ 860.000.000,00 (oitocentos e sessenta milhões de reais) disponíveis para resgate em até 30 dias.

Foi destacado que a carteira possui baixo risco de mercado, em razão da predominância de investimentos em fundos de renda fixa e títulos públicos federais, muitos dos quais são marcados na curva, garantindo rentabilidade até o vencimento.

Enquadramento Legal e Política de Investimentos

O Sr. Odilon informou que todos os investimentos da carteira permanecem enquadrados nos limites legais estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272.

Esclareceu que, com a obtenção da certificação Pró-Gestão Nível II, o IPAM passou a ter acesso a novas possibilidades de investimento, especialmente em fundos de ações, até o limite de 40% previsto na legislação.

Foi informado que a Política de Investimentos do IPAM está em processo de revisão, tendo em vista a necessidade de reenquadramento da carteira após a obtenção da certificação Pró-Gestão.

A minuta da nova Política de Investimentos já foi aprovada pelo Comitê de Investimentos e será submetida ao Conselho Deliberativo para deliberação final.

Esclarecimentos aos Conselheiros

Durante a reunião, o Conselheiro Fernando, novo membro do COFIS, apresentou diversas dúvidas acerca do funcionamento da carteira de investimentos, da segregação de massa e da composição dos fundos previdenciários.

O Sr. Odilon esclareceu que a carteira de investimentos corresponde ao conjunto de ativos financeiros do IPAM, composto por títulos públicos, fundos de investimento e operações de crédito consignado.

Também explicou a segregação de massa realizada em 2007, pela qual:

- Os servidores que ingressaram até dezembro de 2007 pertencem ao Fundo Financeiro, destinado à extinção gradual, sendo o Município responsável pela cobertura de eventual insuficiência financeira;
- Os servidores que ingressaram a partir de 2008 pertencem ao Fundo Capitalizado, que deve manter equilíbrio atuarial, podendo receber aportes, imóveis ou outras medidas para redução de eventual déficit atuarial.

Foi informado, ainda, que a alteração legislativa de 2021 ampliou a base de servidores vinculados ao Fundo Financeiro, aumentando sua receita mensal de aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para cerca de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

O Conselheiro Fernando também questionou acerca da taxa de administração do IPAM, sendo esclarecido que a taxa de 2,04% é custeada pelos fundos Financeiro e Capitalizado, e que tal despesa já é considerada nos cálculos atuariais.

Informações sobre Déficit Atuarial

O Conselheiro Luiz Henrique informou aos presentes que o Prefeito Municipal instituiu comissão de trabalho, por meio de decreto, com a finalidade de apresentar alternativas para mitigar o déficit financeiro apontado na avaliação atuarial do exercício de 2025.

A comissão é composta por representantes do IPAM, da Secretaria Municipal de Economia e Finanças – SEMEC e da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, estando em sua terceira reunião de trabalho.

Foi esclarecido que o objetivo da comissão é apresentar ao Poder Executivo alternativas para redução, mitigação ou extinção do déficit financeiro, incluindo estudos sobre unificação de fundos, aumento de alíquota patronal e aportes financeiros.

Também foi informado que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia já apontou, na prestação de contas do exercício de 2025, a necessidade de adoção de medidas pelo Município em relação à alíquota patronal de contribuição, recomendando, inclusive, a realização da reforma da previdência municipal.

3. ENQUADRAMENTO

3.1 Enquadramento na Resolução Atual - Pró-gestão II

Caso seja Pró-Gestão, o sistema apresentará os limites já ajustados.

Artigo/Ativo	Percent. Autorizado	Percent. Alocado	Total	Enquadrado Resolução	Enq. art.18	Enq. art.19
Art. 7º, Inciso I, FI e ETF 100% em TPF	100,00%	49,88%	R\$647.188.949,59	Sim		
- BB FLUXO SOBERANO	0,00%	4,11%	R\$53.304.563,41	Sim	N/A	N/A
- BB PREVID RF IDKA 2A IPCA	0,00%	0,03%	R\$356.041,74	Sim	N/A	N/A
- BB PREVID			R\$46.222.002,			

RF IRF-M 1 TP	0,00%	3,56%	64	Sim	N/A	N/A
- BB RENDA FIXA CURTO PRAZO AUT.	0,00%	0,00%	R\$0,60	Sim	N/A	N/A
- BB RENDA FIXA REFERENCIA DO DI TP	0,00%	20,15%	R\$261.486.810,50	Sim	N/A	N/A
- CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES	0,00%	0,63%	R\$8.153.695,41	Sim	N/A	N/A
- CAIXA BRASIL TITULOS PUBLICOS RF	0,00%	18,23%	R\$236.549.450,85	Sim	N/A	N/A
- CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	0,00%	3,17%	R\$41.116.384,45	Sim	N/A	N/A
Art. 7º, Inciso III, TPF de Emissão do TN - Intermedia	100,00%	44,99%	R\$583.672.655,37	Sim		
- NTN-B (2026-7.605) - Curva	0,00%	4,28%	R\$55.487.860,97	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2026-8.34) - Curva	0,00%	4,31%	R\$55.924.473,35	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-5.2325) - Curva	0,00%	0,40%	R\$5.194.951,60	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-5.47) - Curva	0,00%	0,42%	R\$5.405.192,77	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-6.072) - Curva	0,00%	4,63%	R\$60.121.383,40	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-6.086) - Curva	0,00%	4,62%	R\$59.981.452,55	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-6.322) - Curva	0,00%	4,54%	R\$58.940.154,97	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-5.525) - Curva	0,00%	0,42%	R\$5.401.526,00	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-5.616) - Curva	0,00%	0,43%	R\$5.593.348,89	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-6.3215) - Curva	0,00%	4,64%	R\$60.197.257,97	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-6.342) - Curva	0,00%	4,65%	R\$60.380.039,03	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-6.483) - Curva	0,00%	4,54%	R\$58.895.921,19	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (vcto 2026)	0,00%	0,88%	R\$11.404.720,68	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (vcto 2045)	0,00%	6,22%	R\$80.744.372,02	Sim	N/A	N/A
Art. 8º,						

Inciso I, FI - Fundo de Ações em Geral	40,00%	5,06%	R\$65.588.159,25	Sim		
- BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIA	20,00%	1,97%	R\$25.601.585,70	Sim	Sim	Sim
- BB AÇÕES QUANTITATIVO FIC DE FI	20,00%	0,96%	R\$12.401.305,55	Sim	Sim	Sim
- BB AÇÕES SMALL CAPS FIC FI	20,00%	1,82%	R\$23.552.247,01	Sim	Sim	Sim
- CAIXA FIC AÇÕES MULTIGESTOR	20,00%	0,31%	R\$4.033.020,99	Sim	Sim	Sim
Art. 10º, Inciso III, FI de FIP e FIC de FI	0,00%	-0,45%	(R\$5.865.804,94)	Sim		
- CONQUEST FIP	0,00%	-0,45%	(R\$5.865.804,94)	Sim	N/A	N/A
Art. 11º, FI Imobiliário - Of. Primária e/ou Pregão B3	0,00%	0,53%	R\$6.861.934,65	Nao		

Artigo/Ativo	Percent. Autorizado	Percent. Alocado	Total	Enquadrado Resolução	Enq. art.18	Enq. art.19
- AQUILLA FUNDO DE INVESTIMENTO I	0,00%	0,53%	R\$6.861.934,65	Nao	N/A	N/A
			R\$1.297.445.893,92			

O Enquadramento no Artigo 18 da resol. CVM define que um RPPS não pode concentrar mais do que 20% dos recursos em um mesmo fundo (exceto se o fundo for 100% títulos públicos).

O Enquadramento no Artigo 19 da resol. CVM define que um RPPS não pode possuir mais de 15% do PL do fundo investido.

“Art. 27º - Não são considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos nesta Resolução os desenquadramentos passivos decorrentes de: Inciso I – entrada em vigor de alterações desta Resolução ou de regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil.”

“§ 1º - Os excessos referidos neste artigo devem ser eliminados no prazo de dois anos da ocorrência do desenquadramento. ”

Data limite: 31/01/2028.

Deliberações e Providências

Após análise e discussões, ficaram estabelecidas as seguintes deliberações e providências:

- A Conselheira Betânia foi eleita Presidente do Conselho Fiscal – COFIS por unanimidade, para mandato de um ano, permitida a recondução conforme o Regimento Interno;
- O Relatório de Investimentos referente aos meses de maio e junho de 2026 foi apresentado e apreciado pelos Conselheiros presentes;
- Ficou consignado que a carteira de investimentos do IPAM permanece enquadrada nos limites legais e normativos estabelecidos pela Portaria nº 1.467 e pela Resolução CMN nº 5.272;
- A Gerência de Investimentos deverá encaminhar ao Conselho Deliberativo a proposta de alteração da meta atuarial para 5,50%, por meio da revisão da Política de Investimentos;
- Os Conselheiros deverão acompanhar a evolução da rentabilidade da carteira, especialmente no que se refere ao cumprimento da meta atuarial acumulada do exercício;

- Foi determinada a inclusão, na presente ata, dos quadros demonstrativos constantes do Relatório de Investimentos, especialmente aqueles referentes ao enquadramento da carteira, composição dos investimentos e evolução patrimonial;
- Ficou consignada a necessidade de acompanhamento, pelo COFIS, das medidas que serão propostas pela comissão instituída pelo Poder Executivo para mitigação do déficit atuarial do IPAM;
- Foi determinada a inclusão, na ata, da referência expressa aos meses de maio e junho de 2026, considerando que o relatório apresentado contemplou ambos os períodos.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, especialmente do Gerente de Investimentos, Sr. Odilon, pelos esclarecimentos prestados, e encerrou a reunião.

E, para constar, eu, Karen Daniely da Silva Guimarães, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Velho/RO, 22 de julho de 2026.

Maria Betânia Basílio de Souza

Presidente do COFIS

Luiz Henrique Gonçalves

Representante do Executivo

Lodeilson Fernades da Silva

Representante Eleita

Onildo Pires Araújo

Representante do Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Onildo Pires Araújo, Conselheiro(a)**, em 10/08/2026, às 15:59, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Gonçalves, Conselheiro(a)**, em 11/08/2026, às 08:38, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Betânia Basílio de Souza, Conselheiro(a)**, em 11/08/2026, às 12:16, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Lodeilson Fernandes Da Silva, Conselheiro(a)**, em 11/08/2026, às 14:02, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **1365810** e o código CRC **D2CDF1E2**.

011.001481/2026-99

1000606v8